



InfoSNESup 162

Newsletter Abril de 2012 - 2ª Quinzena

Sindicato Nacional do Ensino Superior
Associação Sindical de Docentes e Investigadores

SUMÁRIO

- INQUÉRITO AOS DOUTORAMENTOS RECENTES
 - REUNIÃO NA SEAP
 - RESTRIÇÕES A CURSOS CURTOS EM PERSPETIVA?
 - CONSELHO NACIONAL DO SNESup
 - A AUTORIDADE TRIBUTÁRIA E ADUANEIRA E AS BOLSAS DE INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA
 - RESOLUÇÃO DA ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA SOBRE CONTRATO DE TRANSPARÊNCIA NO ACESSO AO ENSINO SUPERIOR
 - IV CONGRESSO DO ENSINO SUPERIOR POLITÉCNICO
 - PREOCUPAÇÕES DE DOCENTES DO IP BRAGANÇA VEICULADAS EM REUNIÃO CONVOCADA PELO SNESup
 - SNESup PROMOVE REUNIÃO DE DOCENTES DO IPVC
 - SITE: DOSSIER SOBRE TRANSIÇÃO PARA PROFESSORES AUXILIARES E ADJUNTOS
 - EVENTOS
 - DIÁRIO DA REPÚBLICA
-

INQUÉRITO AOS DOUTORAMENTOS RECENTES

O inquérito por questionário relativo aos doutoramentos mais recentes que o SNESup tem vindo a divulgar registava no passado sábado 940 respostas de colegas que se doutoraram desde o ano de 2007 até ao corrente ano de 2012, sendo 504 (54%) de docentes da carreira universitária, 120 (13%) de docentes da carreira do politécnico pertencentes a universidades que têm os dois subsistemas e 307 (33%) de docentes da carreira do politécnico exercendo funções nos respetivos institutos e escolas superiores não integradas.

Quando integraram a sua atual instituição 72% detinham apenas a licenciatura, 23% o mestrado e apenas 5% já o doutoramento, sendo que 55% realizaram o doutoramento fora da instituição em que lecionavam.

45% não tiveram qualquer dispensa de serviço para a realização de doutoramento. 38% fizeram o doutoramento sem bolsa. Estes números denotam a falta de uma política de apoio à formação por parte da maioria das instituições.

É ainda possível responder ao questionário.

<https://docs.google.com/spreadsheets/viewform?formkey=dFN6ZUdzOTVKSXWIGYXpXTWJseFk3cWc6MQ>

Iremos apresentando alguns resultados provisórios. O estudo será publicado no número de abril-Junho da Ensino Superior - Revista do SNESup.

REUNIÃO NA SEAP

No passado dia 27 de Abril, e depois de mais uma providência cautelar, uma delegação do SNESup, composta pelos membros da Direção António Vicente (Presidente), José Moreira (Vice-Presidente), Catarina Fernando (Vice-Presidente) e Paulo Cruchinho, acompanhados pela advogada Dr.ª Rita Almeida D'Eça, participou numa reunião do processo negocial do Regime do Contrato de Trabalho em Funções Públicas (RCTFP) com o Secretário de Estado da Administração Pública, Dr. Hélder Rosalino, e a sua Chefe de Gabinete, Dra. Joana Ramos.

Como tem sido nosso hábito em procedimentos de negociação, o SNESup apresentou um documento com propostas de alteração do articulado onde se destacam alguns temas como: a acumulação de funções, o Contrato por tempo indeterminado, o gozo de férias, a caducidade do contrato a termo certo, a constituição das associações sindicais, a adaptabilidade e banco de horas individuais, os feriados e a resolução alternativa de litígios.

Nesta primeira reunião as temáticas acima mencionadas foram apenas abordadas na sua generalidade ficando já agendada uma reunião para uma segunda ronda negocial, sem necessidade de recorrer novamente a uma providência cautelar para confirmar os nossos direitos de negociação, para o dia 8 de maio às 14:30, onde serão aprofundadas as propostas apresentadas - <http://www.snesup.pt/htmls/EFFVZlplyArubLqvuV.shtml>.

RESTRIÇÕES A CURSOS CURTOS EM PERSPETIVA?

Na revisão da Lei de Vínculos, Carreiras e Remunerações a que a Secretaria de Estado da Administração Pública (SEAP) está a proceder em ligação com a revisão do Regime do Contrato de Trabalho em Funções Públicas, está previsto, em prejuízo da legislação especial que regule a matéria, que a "Realização de conferências, palestras, ações de formação de curta duração e outras atividades de idêntica natureza" fique dependente de autorização do dirigente máximo do serviço, que se considera tacitamente recusada ao fim de 30 dias, e que, se for concedida tem de ser comunicada à Direção-Geral da Administração e Emprego Público (DGAEP).

O SNESup considera que este tipo de proposta penaliza os profissionais mais qualificados da Administração Pública, já atingidos preferencialmente pelos cortes de Teixeira dos Santos, renovados por Vítor Gaspar, vai criar situações de favorecimento e inviabilizar ações de formação. Assim sendo, propôs à SEAP que a necessidade de autorização fosse substituída por uma simples necessidade de comunicação prévia.

Se a nossa proposta não for atendida, alertaremos outros possíveis interlocutores, tais como as ordens profissionais.

CONSELHO NACIONAL DO SNESup

Os Conselheiros Nacionais do SNESup foram chamados a reunir no próximo dia 12 de maio às 14h, na sede de Lisboa, com o desafio de identificarem e discutirem os descontentamentos dos docentes do ensino superior e investigadores e deliberarem sobre as atuações a desenvolver.

Uma agenda que para ser cumprida pressupõe um debate prévio, não restrito aos associados - <http://www.snesup.pt/htmls/EFFVZZIEyybmRRXQJT.shtml>.

A AUTORIDADE TRIBUTÁRIA E ADUANEIRA E AS BOLSAS DE INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA

A Autoridade Tributária e Aduaneira (AT) pronunciou-se no sentido de considerar rendimento do trabalho dependente, isto é, tributável em sede de IRS, o montante das bolsas de investigação científica indicando que são suscetíveis de gerar relações de trabalho dependente. Esta orientação não é de todo surpreendente quando se atenta em que os montantes das bolsas vêm sendo tidos em conta para efeitos de certas condições ligadas à verificação da suficiência de recursos.

É interessante ver que há realidades relevantes para exercícios de direito fiscal que não são tidas em conta para efeitos laborais, e de segurança social. Apesar dos esforços incansáveis da ABIC e, é justo dizê-lo, dos grupos parlamentares do PCP e do

BE, a contagem do tempo de bolsheiro para efeitos de segurança social não tem tido evolução. O SNESup tem levantado a questão junto da SEAP em diversas tentativas de negociação geral anual e também no contexto da prevista revisão do RCTFP. Depois da primeira greve geral conjunta da CGTP e da UGT escreveu a ambas as confederações no sentido de a questão ser tratada em sede de concertação social, aliás o regime dos estagiários das empresas foi regulado nessa sede. É incompreensível que a UGT não tenha feito incluir a questão nas contrapartidas do Acordo que assinou recentemente.

É muito grave, dado a insuficiência do valor das bolsas (que nem todas estão associadas à constituição de relações de trabalho dependente) que se pretenda tributá-lo sem revisão do seu montante. Gago teve a possibilidade, inclusive financeira, de resolver a questão dos estatutos dos bolsheiros, mas, do seu Olimpo das Laranjeiras, deixou arrastar as indefinições. Crato parece querer continuar perdido na multidão a assobiar para o ar. O que dá razão a quem diz que Crato é um Gago com menos dinheiro.

RESOLUÇÃO DA ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA SOBRE CONTRATO DE TRANSPARÊNCIA NO ACESSO AO ENSINO SUPERIOR

Foi publicada em 23 de abril último uma Resolução da Assembleia da República visando o estabelecimento de um contrato de transparência relativo ao acesso ao ensino superior, com criação de um Portal de Informação que disponibilizasse informação sobre as instituições e os seus cursos e, que permitisse, para além de aferir performances quanto a parcerias, empregabilidade e remunerações após a conclusão do curso, dispor também de:

“Critérios acerca das características do curso e da sua instituição: Características gerais: se o estabelecimento de ensino é público ou privado e qual o valor da propina. Número de vagas para cada curso, se todas as vagas foram preenchidas nos dois anos letivos passados e qual a última média para a entrada no curso nos últimos dois anos letivos. A duração média para os alunos completarem a formação; Satisfação dos alunos com o curso: inquirir os alunos acerca da sua satisfação com os vários aspetos da sua formação, no momento de conclusão da mesma; Corpo docente: apresentação do corpo docente, quanto à sua formação (número total de docentes, número de doutorados), à diversidade de origens da sua formação (quantos se formaram nessa mesma instituição e quantos provêm de outras instituições) e rácio de alunos por professor; Departamentos disciplinares e investigação: número de departamentos disciplinares na faculdade e áreas a que correspondem. Centros de investigação existentes na instituição de ensino superior e número de publicações científicas dos seus investigadores”.

Tratou-se de uma iniciativa do Grupo Parlamentar do CDS – PP que concitou apoio maioritário no Parlamento mas não granjeou a unanimidade. É certo que se colocam problemas de articulação com a A3ES e que a visão subjacente aos critérios, aliás

apresentados a título exemplificativo, não será totalmente pacífica. No entanto, felicitamos os seus autores pela pedrada no charco.

<http://dre.pt/pdf1sdip/2012/04/08000/0226202262.pdf>

Pela nossa parte, chamamos a atenção para critérios de qualidade institucional e laboral que continuam esquecidos: situação financeira da entidade, precariedade contratual, cortes de remunerações, conflitualidade. Que, a verificarem-se maus resultados no privado, deveriam desaconselhar qualquer inscrição. E não apenas no privado.

IV CONGRESSO DO ENSINO SUPERIOR POLITÉCNICO

Decorreu nos dias 26 e 27 de abril no ISEP-IPP o IV Congresso do Ensino Superior Politécnico a que assistiu uma delegação do SNESup integrada por José Rodrigues (Vice-Presidente da Direção), Gonçalo Velho (coordenador da rede sindical) e Anabela Serrano.

Contou com um alargado número de participante de todo o país e com um lote de apoios e oradores de elevado nível. As várias comunicações apresentadas e as intervenções dos participantes mais uma vez deixaram a nu as dificuldades e indefinições que têm caracterizado o ESP desde a sua criação. Para esta situação muito continua a contribuir a ausência de uma estratégia clara e mobilizadora da tutela (para este subsistema de ensino, e não só). Ao fim de quase um ano de mandato, e num contexto de enormes dificuldades, o MEC aparenta continuar a preferir primar pela ausência, deixando as instituições e os docentes entregues à sua sorte.

Ainda hoje, 30 de abril, Luís Reto, Reitor do ISCTE-IUL em entrevista ao Público defendia a integração dos Politécnicos nas Universidades, tal como tem sido defendido, entre outros, por Joaquim Sande Silva, professor da ES Agrária de Coimbra e esteve previsto em Lisboa no projeto de fusão UL-IPL-ESEL.

Não podemos também deixar de estagnar as poucas referências e a ausência de propostas e soluções, para a situação de enorme dificuldade e abandono que muitos docentes do ESP enfrentam. Será necessário lembrar os colegas que obtiveram o doutoramento ou o título de especialista e se mantêm como assistentes? O fim do (pouco) apoio à formação dos docentes? Os colegas que há muitos anos se mantêm como assistentes no índice mais baixo da carreira e que hoje atravessam graves dificuldades económicas? ... Registamos que as organizações sindicais não foram convidadas a proferir comunicações.

Será certamente mais fácil assumir e resolver estes e outros problemas quando os dirigentes do ensino superior em Portugal começarem a encarar as organizações sindicais como verdadeiros parceiros. E quando os docentes deixarem de aceitar passivamente estes e outros problemas que a tantos afetam.

PREOCUPAÇÕES DE DOCENTES DO IP BRAGANÇA VEICULADAS EM REUNIÃO CONVOCADA PELO SNESup

O Presidente da Direção do SNESup (António Vicente) esteve no passado dia 23 de abril numa reunião de docentes do Instituto Politécnico de Bragança (IPB) convocada pelo Delegado Regional (Miguel Vilas Boas) para debater o cumprimento do regime transitório do ECPDESP e problemas no ensino superior e ciência.

Relativamente à situação dos colegas que se doutoraram já em 2012 (ou o venham a fazer neste ano) e têm direito à contratação como professor adjunto, os responsáveis do SNESup foram informados que estes teriam tido uma reunião com o Presidente do IPB sobre o assunto mas que a situação não se encontra ainda regularizada. O Presidente da Direção do SNESup informou que os associados do SNESup que se encontram na situação estão abrangidos pela ação judicial que foi entretanto instaurada visando reconhecer o direito à contratação como professor adjunto com a respetiva remuneração, alertando ainda os interessados para que possam remeter ao Sindicato a proposta de contrato apresentada pela instituição pro forma a acautelar os seus direitos à contratação na respetiva categoria e com a devida remuneração.

Quanto ao segundo ponto em discussão, os presentes debateram a necessidade de regulamentar a prestação de serviço dos docentes visando a definição clara e uniforme de critérios para a distribuição de serviço nas diferentes Escolas do IPB dando cumprimento, por exemplo, aos limites de carga letiva definidos pelo mesmo Estatuto (e que não estão a ser respeitados em algumas Escolas) ou ao serviço docente noturno que não é tido em conta tal como previsto no ECPDESP, ou ainda considerando, noutros casos, as deslocações que têm de ser realizadas para o desenvolvimento da atividade docente e que não são consideradas em diversas Escolas. O IP Bragança nunca respondeu à proposta de acordo coletivo formulada pelo SNESup e que, justamente, regulava estes pontos.

SNESup PROMOVE REUNIÃO DE DOCENTES DO IPVC

Realizou-se no passado dia 23 de abril uma reunião de associados (aberta a não sócios) do SNESup no Instituto Politécnico de Viana do Castelo (IPVC) com vista à discussão do projeto de Regulamento de Avaliação do Pessoal Docente e da apreciação apresentada pelo SNESup à Presidência do IPVC sobre o projeto de Regulamento em causa.

A previsão no projeto de Regulamento de isenção de avaliação do pessoal que exerce funções dirigentes e daquele que discricionariamente merece a sua confiança e que acumularia ainda com efeitos retroativos uma pontuação que lhe garantiria a mudança de posição remuneratória foi um dos pontos em discussão tendo ficado clara a ilegalidade e imoralidade de tal intenção.

A avaliação dos anos anteriores a 2012 foi também referida, tendo resultado a necessidade de que a avaliação por ponderação curricular seja feita através de uma

grelha adaptada aos anos em causa e especificidades das áreas devendo ser previamente conhecida e debatida. Foi ainda debatida a necessidade de participação do Conselho Técnico-Científico e dos Conselhos Pedagógicos no processo de avaliação tal como proposto pelo SNESup e que tem vindo a ser acolhido na maioria das instituições.

Foi também abordada na reunião a situação dos colegas que se venham a doutorar em 2012 tendo o Presidente da Direção do SNESup informado da entrada da ação judicial em defesa dos associados à contratação como professor adjunto com a respetiva remuneração alertando os presentes para que antes da assinatura de qualquer contrato que possa ser apresentado pela instituição o possam enviar ao Sindicato para aconselhamento.

SITE: DOSSIER SOBRE TRANSIÇÃO PARA PROFESSORES AUXILIARES E ADJUNTOS

No site do SNESup, secção "dossiers", está criada uma subsecção relativa ao processo de transição para professores auxiliares e para professores adjuntos, com a principal documentação já divulgada e onde irá ser também inserida referência às eventuais contestações das ações colocadas pelo SNESup.

<http://www.snesup.pt/cgi-bin/getinfos.pl?EFFuFEyAFFQLuJihqk>

Criaremos oportunamente uma secção própria para a problemática das ações relativas aos feitos remuneratórios da prestação das provas de agregação.

7

EVENTOS

Colóquio Internacional Gabriel García Márquez “La bendita manía de contar”

Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade NOVA de Lisboa
12 e 13 de Julho de 2012

<http://www.unl.pt/eventos/geral/2011/coloquio-internacional-gabriel-garcia-marquez-abla-bendita-mania-de-contarbb-fcsh>

I Congresso Internacional de Inteligência Emocional e Educação: Investigar e intervir para mudar

Escola Básica Comendador Ângelo Azevedo
6 e 7 de julho de 2012

<http://www.wix.com/congressoie2012/home#!home|mainPage>

Seminário “From Generation to Generation: Maintaining Cultural Identity over Time”

CES-Coimbra, Sala 2

7 de maio de 2012, 14h30

http://www.ces.uc.pt/eventos/index.php?id=5519&id_lingua=1

Congresso Internacional “Revisitar o mito”

Faculdade de Letras – Universidade de Lisboa

2-5 maio 2012

www.fl.ul.pt

Congresso Internacional “Marx em Maio – Perspectivas para o Século XXI”

Faculdade de Letras – Universidade de Lisboa

3-5 maio 2012

<http://www.marxemmaio.wordpress.com>

I Jornadas de Enfermagem Veterinária

“Obstetrícia e Neonatalidade em animais de companhia”

Escola Superior Agrária – Instituto Politécnico de Castelo Branco

12 maio 2012

www.ipcb.pt

I Congresso Anual de História Contemporânea

Reitoria da Universidade Nova de Lisboa

18-19 maio 2012

www.ihc.fcsb.unl.pt

IV Jornadas de Neurofisiologia

Escola Superior de Tecnologia da Saúde do Porto – Instituto Politécnico do Porto

18-19 maio 2012

www.jornadasneuro.info

CALL FOR PAPERS

III Encontro de Analistas de Redes Sociais

Instituto Ciências Sociais – Universidade de Lisboa

16-17 julho 2012

Prazo: 11 maio 2012

www.ics.ul.pt

Conferência Internacional Ecos das Migrações :

Memórias e Representações dos Migrantes (Sécs. XIX-XXI)

Faculdade de Ciências Sociais e Humanas – Universidade Nova de Lisboa

8-9 novembro 2012

Prazo: 15 maio 2012

<http://ihc.fcsb.unl.pt/>

Lit&Tour: Conferência Internacional sobre Literatura e Turismo

Faculdade de Letras – Universidade de Lisboa

26 novembro 2012

Prazo: 14 junho 2012

www.comparatistas.edu.pt



DIÁRIO DA REPÚBLICA

[Resolução da Assembleia da República n.º 56/2012, publicada em 27 de Abril](#)

- Recomenda ao Governo que pondere a criação de instrumentos que garantam o acesso ao pequeno-almoço aos alunos mais carenciados do ensino obrigatório.

[Resolução da Assembleia da República n.º 57/2012, publicada em 27 de Abril](#)

- Recomenda ao Governo que pondere a criação de mecanismos que garantam o acesso a uma refeição matinal aos alunos cuja situação de carência lhes impede o acesso em casa.

[Portaria n.º 111/2012, de 27 de Abril](#)

- Determina a estrutura nuclear da Direção-Geral da Administração e do Emprego Público, fixa o limite máximo de unidades orgânicas flexíveis do serviço, as competências das respetivas unidades orgânicas nucleares e revoga a [Portaria n.º 350/2007, de 30 de março](#).

[Portaria n.º 113/2012, de 27 de Abril](#)

- Determina a estrutura nuclear da Direção-Geral da Qualificação dos Trabalhadores em Funções Públicas, fixa o limite máximo de unidades orgânicas flexíveis do serviço, as competências das respetivas unidades orgânicas nucleares e revoga a [Portaria n.º 216/2011, de 31 de maio](#).

[Resolução da Assembleia da República n.º 53/2012, publicada em 23 de Abril](#)

- Recomenda ao Governo que estabeleça as condições para a criação de um contrato de transparência no acesso ao ensino superior.

[Resolução do Conselho de Ministros n.º 44/2012, publicada em 20 de Abril](#)

- Aprova o Relatório denominado «Estratégia para os pagamentos em atraso há mais de 90 dias».

[Acórdão do Tribunal Constitucional n.º 179/2012, de 19 de Abril](#)

- Pronuncia-se pela inconstitucionalidade das normas constantes do artigo 1.º, n.os 1 e 2, e do artigo 2.º do [Decreto n.º 37/XII, da Assembleia da República](#) (crime de enriquecimento ilícito).

[Portaria n.º 103/2012, de 17 de Abril](#)

- Procede à revisão do calendário de implementação da estratégia e dos procedimentos a implementar até 2015.

Sindicato Nacional do Ensino Superior

Associação Sindical de Docentes e Investigadores

www.snesup.pt

Lisboa – Avenida 5 de Outubro, 104, 4º – 1050-060 LISBOA

Atendimento – 10 - 13 e 14 - 18 Horas

Telefone 21 799 56 60 – Fax 21 799 56 61

snesup@snesup.pt

Porto - Praça Mouzinho de Albuquerque, 60 1º – 4100-357 PORTO

Atendimento – 10 - 13 e 14 - 17 Horas

Telefone 22 543 05 42 - Fax 22 543 05 43

snesup.porto@snesup.pt

Coimbra – Estrada da Beira, 503, R/C, A – 3030-173 COIMBRA

Atendimento – 10 - 13 e 14 - 17 Horas

Telefone 23 978 19 20 – Fax 23 978 19 21

snesup.coimbra@snesup.pt